PROJETOS EXPRESSO

Como serão os mercados de carbono entre 2021 e 2030?

1 MARÇO 2021 15:09



MAIS VISTAS



Censos. INE pode ser punido com multa até €20 milhões caso a Comissão de Proteção de Dados abra um processo



Restaurantes a trabalhar sem limitação de horários já este fim de semana - esta é a proposta da AHRESP e já seguiu para o Governo



Ministro aponta o dedo: "Não são os militares do passado que devem decidir sobre as Forças Armadas do presente"



Plano de desconfinamento a caminho de ser cumprido: eis o que vai mudar (para melhor) na próxima segunda-feira



Se as empresas querem produzir mais têm de gastar dinheiro ou para emitir carbono, ou em tecnologias para reduzir as emissões Getty Images

Projetos Expresso. A resposta à questão acima será dada em mais um debate do projeto 50 para 2050, uma iniciativa do Expresso e da BP, que decorre às terças-feiras às 11h00 no Facebook no Expresso. Este é já 9º encontro e terá como tema as "Licenças de Emissão de GEE - A Nova Realidade 2021-2030"



1 MARÇO 2021 15:09



Quando se debate a descarbonização e a neutralidade carbónica não se pode fugir ao tema do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), um mecanismo que serve para regular e condicionar as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), em particular o carbono (CO2). Criado na sequência do Protocolo de Quioto de 1997, este mecanismo tinha, no entanto, o objetivo maior de, através dessa regulação e limitação, incentivar as empresas a reduzir as emissões e, dessa forma, atingir as metas ambientais estabelecidas em Quioto.

Nas duas primeiras fases de existência do CELE - 2005 a 2007 e 2008 a 2012 - a estratégia passava pela atribuição gratuita de licenças de emissão, ou seja, as empresas ou indústrias que emitiam carbono na sua atividade só podiam emitir o equivalente às licenças que recebiam o que as obrigava a tomar medidas para reduzir as emissões. Mas na terceira fase do CELE, entre 2013 e 2020, as regras alteraram-se e foram introduzidas licenças para outros gases além do carbono e para outros sectores da economia, nomeadamente a aviação. Além disso, pode ainda ler-se no site da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), houve alterações nas quantidades de licenças que se atribuíam e na forma como elas eram atribuídas, ou seja, a maior parte era conseguida através de leilões e só algumas se mantinham gratuitas.



PROJETOS EXPRESSO

"A tecnologia é um dos parceiros na redução de emissões, mas há outros"

Leia também →

Em simultâneo foi criado um mercado de carbono onde as empresas podem transaccionar estas licenças como se fossem ações. Por exemplo, se as empresas precisam de mais licenças do que aquelas que lhes foram atribuídas (porque estavam a produzir mais) então vão ao mercado e compravam mais licenças para poderem emitir mais. Mas essas licenças terão de ser vendidas a um preço relativamente elevado para que as empresas continuem a apostar na redução das emissões.

Esse preço é definido com base na procura e na oferta, ou seja, se não há procura, o preço baixa, o que significa que as empresas que estão a comprar gastam menos dinheiro e não teriam qualquer incentivo em reduzir as emissões. Por exemplo, em 2009, por causa da crise, a produção baixou, o carbono que era emitido também e, os preços também, conta Maria Eduarda Fernandes, professora adjunta do Instituto Politécnico de Leiria. E em 2013, os preços chegaram a estar a 20 ou 30 cêntimos, acrescenta Catarina Vazão, sócia da Get2C, uma empresa de consultoria na área das emissões de carbono. Mas neste caso, explica, não foi por causa de uma queda na produção, mas porque não havia limite ao número de licenças que podiam ser compradas no mercado de carbono.



PROJETOS EXPRESSOO futuro dos sistemas de captura de carbono

Leia também →

Aliás, tanto o CELE como o mercado de carbono foram sendo criticados desde a sua criação. No CELE discutia-se o limite de licenças que eram atribuídas gratuitamente, porque se ele equivalesse ao que as empresas tinham de gastar isso não as incentivaria a reduzir as emissões e os objetivos ambientais não

eram atingidos, nota Maria Eduarda Fernandes. E no mercado de carbono, a crítica ia para o preço a que as licenças eram transacionadas. Uma questão que segundo Catarina Vazão, já não se coloca porque, atualmente, os preços rondam os €38 por tonelada de carbono emitido. "Uma empresa familiar de cal pode emitir 100 mil toneladas de CO2 por ano. A quase €40 cada tonelada já é uma grande despesa", nota.

Para Maria Eduarda Fernandes o que estas críticas mostram é o difícil equilíbrio entre a economia e as preocupações ambientais. Porque se as empresas querem produzir mais têm de gastar dinheiro ou para emitir carbono, ou em tecnologias para reduzir as emissões. Ou seja, têm de investir e isso pode levá-las a deslocar a produção para outro país que não tenha estas exigências.



PROJETOS EXPRESSO

Governo criticado por fraca estratégia nos carros elétricos

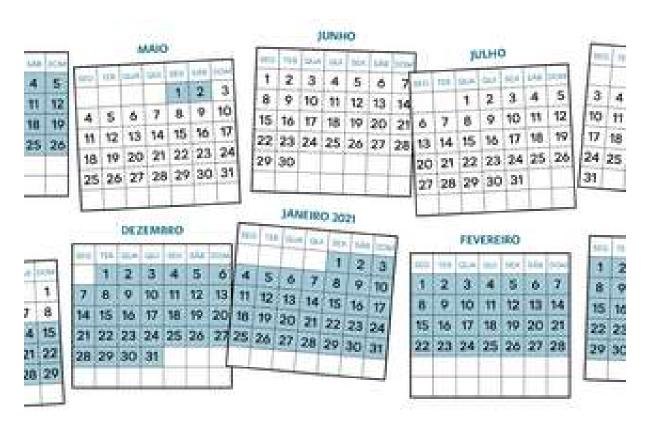
Leia também →

Ora, após três períodos de CELE, de vários anos de mercado de licenças de carbono e das críticas à eficácia de ambos, já houve tempo para afinar as regras destes mecanismos de apoio à descarbonização. Nesse sentido, arranca este ano (2021), um novo período do CELE que se prolongará até 2030 e no qual estão previstas alterações, uma das quais permite reduzir o impacto das crises económicas nos preços das licenças.

Esta e outras mudanças aos mercados de licenças estarão no centro do debate de terça-feira que, além de Maria Eduarda Fernandes e de Catarina Vazão contará ainda com António Castro, diretor de Sustentabilidade da EDP; Marta Leandro, do grupo de trabalho da energia e alterações climáticas da Quercus e ainda Nuno Lacasta, presidente da APA, a entidade responsável pelo CELE em Portugal.



+ Exclusivos



POLÍTICA

Como Marcelo fez da emergência uma arma



Pedro Santos Guerreiro Viver à fome



CORONAVÍRUS

Covid-19. Estes são os gráficos interativos do maior e mais rápido processo de vacinação mundial (inclui todos os detalhes sobre Portugal)



Sérgio Sousa Pinto O discurso do Presidente

+ EXCLUSIVOS

+ **Projetos Expresso**



PROJETOS EXPRESSO

Investigação sobre a 'doença dos pezinhos' vence Prémio Bial de Medicina Clínica 2020



PROJETOS EXPRESSO

"Sem dados estaríamos às escuras" no combate à covid-19



PROJETOS EXPRESSO

Filipe Froes: "O principal risco das vacinas é não serem administradas e exporem as pessoas a uma doença prevenível pela vacinação"



PROJETOS EXPRESSO

"Será crucial que o Ministério da Economia retome a tutela conjunta da saúde"

+ PROJETOS EXPRESSO

+ Vistas

- 1 Censos. INE pode ser punido com multa até €20 milhões caso a Comissão de Proteção de Dados abra um processo
- Restaurantes a trabalhar sem limitação de horários já este fim de semana esta é a proposta da AHRESP e já seguiu para o Governo
- Ministro aponta o dedo: "Não são os militares do passado que devem decidir sobre as Forças Armadas do presente"
- Plano de desconfinamento a caminho de ser cumprido: eis o que vai mudar (para melhor) na próxima segunda-feira
- Estes são os sete concelhos e as duas freguesias que não avançam para a nova fase de desconfinamento (e 27 ficam em alerta)
- Corrupção. Manuel Alegre diz que resposta socialista a João Cravinho é "uma canalhice insultuosa"



De Joanesburgo a Illinois: 18 imagens da Superlua cor de rosa



Covid-19. Internados estão ao nível de agosto, número de novos casos continua estável: o surto em Portugal, em gráficos e mapas

ASSINAR EXCLUSIVOS NEWSLETTERS SEMANÁRIO

Estatuto editorial Código de Conduta Ficha Técnica do Expresso Política de cookies Termos de utilização
Política de privacidade Publicidade Contactos Lei da Transparência Cartas ao Director Loja Configurações de privacidade

SIGA-NOS











www.impresa.pt

SITES DO GRUPO IMPRESA

SIC Blitz

Opto SIC Boa Cama Boa Mesa

SIC Internacional Tribuna
SIC Notícias Advnce
SIC Radical Volante SIC
SIC Mulher GMTS

SIC K InfoPortugal SIC Caras Olhares

SIC Esperança Impresa Novas Soluções de Media

Fama Show Gesc

Expresso SIC International Distribution



